

§ 3º Além das etapas previstas neste artigo, os processos de contratação observarão todas as etapas e formalidades previstas no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e nos Decretos e Instruções Normativas da Secretaria de Estado da Fazenda que regulam a execução da despesa pública.

§ 4º No intuito de evitar problemas de comunicação e transtornos na execução, a DEMANDADA encaminhará eventuais solicitações em relação ao andamento e condução da obra ou serviço ao responsável designado pela DEMANDADA, evitando a intervenção direta junto à contratada, ao fiscal ou ao gestor do contrato.

Art. 3º O apoio técnico da DEMANDADA à DEMANDANTE na elaboração do Estudo Técnico Preliminar, na definição do objeto da contratação e na instrução de eventuais aditivos será prestado através do seu corpo técnico e incluirá a coordenação da equipe encarregada, quando necessário para cumprir o que determinam os artigos 444 e 451, § 3º, do Decreto Estadual nº 10.086 de 17 de janeiro de 2022.

Parágrafo Único. A aprovação dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência será feita conjuntamente pela DEMANDANTE e pela DEMANDADA.

Art. 4º Caberá:

I - à DEMANDADA a emissão e o pagamento da (s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica e Registro (s) de Responsabilidade Técnica relativos aos procedimentos técnicos realizados.

II - à DEMANDANTE a publicação dos atos previstos em Lei no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, arcando com os respectivos custos.

Art. 5º Os pedidos de eventuais alterações contratuais serão instruídos tecnicamente pela DEMANDADA com observância das determinações do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e submetidos à DEMANDANTE para as providências orçamentárias e financeiras, quando for o caso.

Art. 6º A DEMANDANTE poderá solicitar a DEMANDADA relatórios periódicos ou especiais sobre o processo de contratação e a execução dos serviços.

Art. 7º Não haverá transferência de recursos orçamentários ou financeiros entre a DEMANDANTE e a DEMANDADA.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o termo final do prazo de garantia dos serviços realizados, inclusive a prevista no art. 618 do Código Civil.

Datado e assinado digitalmente.

Camila Mileke Scucato
Secretária de Estado das Cidades

Hudson Leônico Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

60670/2024

AMEP

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DO ESTADO DAS CIDADES – SECID
AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ – AMEP
CONSELHO DE TRANSPORTE COLETIVO DA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

Órgão Colegiado de Governança Interfederativa instituído pela Lei Estadual nº 21.311, de 16 de dezembro de 2022

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024 - CTC/RMC

Edital de Chamamento Público para representante de movimento social ligado à mobilidade urbana através de no mínimo um membro para participação no conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, conforme inciso VII do Art. 5º, da Lei nº 21.311, de 16 de dezembro de 2022. O Estado do Paraná, por intermédio do CONSELHO DE TRANSPORTE COLETIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - CTC/RMC, representada neste ato pelo seu Presidente, Willianson Alves Corrêa, convoca os movimentos sociais ligados à mobilidade Urbana, devidamente constituídas e instaladas na Região Metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná, para que indiquem representante interessado em participar do Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, conforme inciso VII do Art. 5º, da Lei nº 21.311, de 16 de dezembro de 2022.

1 OBJETO

1.1.1. O presente Edital tem por objeto realizar o cadastramento de pessoas indicadas por movimentos sociais ligados a mobilidade urbana para atuação ativa Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba.

1.1.2. A participação se dará através de reuniões e audiências públicas e oficinas técnicas, por meio remoto e/ou presencial, a ser definido em Instrumento de convocação específico de cada evento.

1.1.3. As reuniões deverão ocorrer conforme o andamento dos trabalhos.

O presente chamamento público não excluirá nenhum movimento social ligado a mobilidade urbana.

2. DOS PRAZOS

2.1. No período de 20 (vinte) dias contados da publicação deste Edital, os interessados em se cadastrar deverão inserir a documentação necessária em

formulário específico no sítio eletrônico do CTC/RMC: <https://www.amep.pr.gov.br/Pagina/Conselho-do-Transporte-Coletivo>.

2.2. O Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, por sua vez, precederá à conferência e atestará a veracidade das informações, mediante consulta em bancos de dados, ou outros meios que julgar necessários, certificando que a documentação se encontra completa.

2.3. A informações para cadastramento sobre o movimento social ligado a mobilidade urbana e a documentação citada no item 4 deste edital deverão, respectivamente, ser preenchidas e juntadas de maneira completa para atender aos critérios estabelecidos.

2.4. Decorrido o lapso de 20 (vinte) dias da publicação deste Edital, os interessados, observando os pressupostos exigidos, deverão realizar o cadastramento, momento em que deverá apresentar toda a documentação exigida, a qual passará pelo crivo e avaliação do CTC/RMC, por intermédio de seu Presidente, podendo ser designado novo prazo para eventual complementação.

2.5. O resultado da avaliação referida no item 2.4 será publicada no sítio eletrônico do CTC/RMC no prazo de 5 (cinco) dias da conclusão da fase de cadastramento.

3. DOS MOVIMENTOS SOCIAIS APTOS A PARTICIPAR

3.1. Poderão ser cadastradas entidades representativas de movimentos sociais, desde que com atuação, sede ou representação local na Região Metropolitana de Curitiba e com atuação no tema ligado à Mobilidade Urbana, com área de atuação na Região Metropolitana de Curitiba.

4. DO CADASTRAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

4.1. Para cadastramento, os movimentos sociais deverão fornecer as informações solicitadas no formulário online, constante no sítio eletrônico do CTC/RMC: <https://www.amep.pr.gov.br/Pagina/Conselho-do-Transporte-Coletivo>.

a) Nome da entidade;

b) Dados do movimento social (Endereço, Telefone, Área/ Segmento de atuação);

c) Dados do responsável legal do movimento social (e-mail, telefone e endereço);

d) Representante(s) do movimento social, que irá(ão) participar das reuniões, com nomes completos, e-mails e telefones;

4.1.1. O movimento social deverá indicar o representante legal, além de apresentar fotocópia dos seguintes documentos: documento do ato de constituição do movimento social (ou documento semelhante que comprove a existência da entidade - ex: contrato social/ato constitutivo); documento oficial com foto dos representantes legais e do representante do movimento social indicado a participar das discussões;

4.1.2. Caso o representante legal da instituição indique outro(s) representante(s) do movimento social para participar das reuniões do Conselho, deve ser informado o(s) nome(s) do(s) indicado(s) e o(s) grupo(s) que irá(ão) participar, além de apresentar seu(s) respectivo(s) documento(s) oficial(is) com foto (item 4.1.1) e encaminhar Documento comprobatório da representatividade assinado pelo(a) representante legal (Carta de Preposição assinada pelo Representante Legal ou Documento semelhante, conforme modelo apresentado no Anexo A);

4.2. A lista dos movimentos sociais cadastrados será divulgada na página oficial do CTC/RMC após o término do período de inscrições e será publicada no Diário Oficial do Estado.

5. DAS OBRIGAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

5.1. São obrigações dos movimentos sociais e de seus representantes:

a) Apresentar a declaração e documentos constantes do item 4;

b) Comparecer pontual e regularmente às reuniões agendadas por meio dos seus representantes;

c) Informar sobre a impossibilidade de participação nas reuniões ou sobre a desistência de participação;

a) Manter os dados atualizados, especialmente os contatos dos representantes, para viabilizar a comunicação;

b) Participar das discussões com civilidade, de maneira produtiva e propositiva, respeitando os demais participantes, sejam os coordenadores da reunião, técnicos da administração pública (estadual, municipal ou federal), facilitadores ou outros representantes institucionais;

c) Suporte na coleta e compartilhamento de dados;

d) Cooperação quanto à divulgação dos eventos públicos e demais estratégias de mobilização da sociedade civil;

e) Contribuir para o recolhimento das opiniões e demais demandas da população.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CTC/RMC

6.1 São obrigações do CTC/RMC:

Convocar os movimentos sociais para participar dos eventos a serem realizados de acordo com a escolha do(s) grupo(s) selecionados na etapa de cadastramento;

a) Zelar pela cordialidade e respeito no processo participativo, pelo espaço equitativo de oportunidades de fala para as diferentes representações;

b) Avaliar e propor a exclusão de participantes que recorram a posturas antiéticas no processo de participação, em conjunto com as outras representações participativas;

c) Sistematizar as propostas oferecidas pelo movimento social no âmbito do processo participativo do Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba.

7. DA CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS ENTIDADES

7.1. As entidades interessadas em participar do CTC/RMC serão avaliadas e pontuadas com base nos respectivos critérios:

I - Quanto ao tempo de existência da entidade atuando em atividades ligada à mobilidade urbana, com cadastro ativo;

a) Até 11 meses e 29 dias - 0,5 ponto;

b) De 1 ano até 1 ano 11 meses e 29 dias - 1,0 ponto;

c) De 2 anos até 4 anos 11 meses e 29 dias - 1,5 pontos;

d) De 5 anos até 7 anos 11 meses e 29 dias - 2,0 pontos;

e) De 8 anos até 10 anos 11 meses e 29 dias - 2,5 pontos;

f) De 11 anos ou mais - 3,0 pontos.

II - Quanto à temática que atua;

- a) transporte coletivo de característica urbana - 3,0 pontos;
b) outro modal - 1,5 pontos.

III - Contratos, convênios, termos de colaboração ou instrumentos congêneres com instituições públicas e com o objeto similar ao do presente Edital;

- a) Até 01 (um) - 0,5 ponto;
b) De 02 (dois) até 04 (quatro) - 1,0 ponto;
c) De 05 (cinco) até 07 (sete) - 1,5 pontos;
d) De 08 (oito) até 10 (dez) - 2,0 pontos;
e) Acima de 10 (dez) - 3,0 pontos.

IV - Abrangência territorial;

- a) Um município, exceto a Capital - 0,5 ponto;
b) Somente na Capital - 1,0 ponto;
c) De 02 (dois) a 05 (cinco) municípios - 1,5 pontos;
d) De 06 (seis) a 12 (doze) municípios - 2,0 pontos;
e) De 13 (treze) a 20 (vinte) municípios - 2,5 pontos;
f) Acima de 21 (vinte e um) municípios - 3,0 pontos;
g) Se a abrangência dos municípios contidos nas alíneas "c", "d", "e" e "f" estiver incluída a Capital, haverá um acréscimo de 0,5 (meio) ponto.

7.2. A pontuação total será utilizada para classificar as entidades e determinar sua elegibilidade.

7.3. As entidades interessadas devem apresentar sua candidatura ao Conselho, juntamente com documentação comprobatória dos critérios acima mencionados.

7.4. As entidades serão classificadas com base na pontuação total obtida de acordo com os critérios acima definidos.

7.5. Em caso de empate entre entidades interessadas em participar do Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba - CTC-RMC, a ordem de prioridade será determinada com base nos seguintes critérios de desempate:

- a) Tempo de Atuação: A entidade com maior tempo de existência atuando em atividades ligadas à mobilidade urbana, com cadastro ativo, terá prioridade.
b) Abrangência Territorial: Se persistir o empate após a aplicação do critério anterior, a entidade com maior abrangência territorial de atuação na Região Metropolitana de Curitiba terá prioridade.
c) Experiência em Participação em Conselhos ou Comissões Semelhantes: Caso o empate continue após a aplicação dos critérios anteriores, a entidade que comprovar maior experiência e participação em conselhos ou comissões semelhantes, relacionados à mobilidade urbana, terá prioridade.
d) Temática que atua. Em caso de ainda houve empate, terá prioridade a entidade que atua no transporte coletivo de característica urbana.

7.6. Caso de persistência do empate mesmo após a aplicação dos critérios mencionados, as entidades em situação de empate serão avaliadas por uma comissão composta de três membros lotados da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP, a fim de se estabelecer a classificação das entidades de movimento social ligado à mobilidade urbana.

7.7. As entidades selecionadas serão notificadas e convidadas a participar das reuniões e atividades do Conselho de acordo com o calendário estabelecido.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Serão recebidas solicitações para solucionar eventuais dúvidas quanto a este Chamamento Público pelo correio eletrônico consetransrnc@amep.pr.gov.br

8.2. O Presidente do CTC/RMC fará análise do cumprimento das exigências, dos casos omissos e situações não previstas neste Chamamento Público, sempre que necessário.

8.3. Eventual modificação nas condições específicas do presente Edital de Chamamento Público terá divulgação pela mesma forma dada ao texto original.

8.4. Os movimentos sociais selecionados e seus representantes não farão jus a nenhuma remuneração, sendo considerado trabalho de relevante interesse público.

Curitiba-PR, datado e assinado digitalmente.

Wilianson Alves Corrêa

Presidente do Conselho de Transporte
Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba

ANEXO A - MODELO DE CARTA DE PREPOSIÇÃO

Eu, (indicar o nome completo), inscrito sob CPF n.º (indicar o número do CPF), responsável legal do movimento social (indicar o nome do movimento social), inscrita sob CNPJ n.º (indicar o número do CNPJ), que tem atuação na área (descrever de forma sucinta a área de atuação principal da entidade), venho por meio deste documento indicar os abaixo relacionados para participar dos eventos, reuniões, discussões que ocorrerão durante o processo de formulação de políticas públicas e na implementação de programas voltados ao desenvolvimento do transporte coletivo na região, dando-os poderes para representar o movimento social, durante a realização dos eventos participativos organizados pelo Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba).

Observação: indicar representantes somente para as áreas que a entidade pretende participar das discussões

Representante: (indicar o nome completo);

Nº do CPF nº: (indicar o número do CPF);

(assinatura)

(Nome completo do responsável legal pelo movimento social)
(n.º CPF do responsável legal pelo movimento social)

FICHA DE INSCRIÇÃO

GOVERNO DO PARANÁ
AMEP – AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ
CTC/RMC - CONSELHO DE TRANSPORTE COLETIVO DA REGIÃO
METROPOLITANA

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
CONSELHEIRO CTC/RMC 2023

MOVIMENTO SOCIAL LIGADO À MOBILIDADE URBANA				
NOME DA ENTIDADE				
SIGLA		CNPJ		
ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO	
BAIRRO	CEP	CIDADE	UF	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (1)	TELEFONE (2)	
DATA DA FUNDAÇÃO		DATA DO REGISTRO EM CARTÓRIO		
OBJETIVOS ESTATUTÁRIOS DA ENTIDADE (NO MÁXIMO CINCO)				
LISTAR PESQUISAS E/OU AÇÕES RELATIVAS À MOBILIDADE URBANA ÚLTIMOS CINCO ANOS (NO MÁXIMO CINCO)				
CATEGORIA DA ENTIDADE (MARQUE COM UM X)				
ASSOCIAÇÃO ()		FUNDAÇÃO ()	OSCIP ()	
OUTRA ()				
TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO DA ENTIDADE				
CURITIBA () REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ()				
ABRANGÊNCIA - número de Municípios ()				
ÁREAS DE ATUAÇÃO DA ENTIDADE				
TRANSPORTE COLETIVO ()		OUTRO MODAL ()		
COMPOSIÇÃO ATUAL DA DIRETORIA DO CANDIDATO				
NOME DO OCUPIANTE	CPF	CARGO	TELEFONE	EMAIL
REPRESENTANTE INDICADO PELO CANDIDATO				
NOME DO OCUPIANTE	CPF	CARGO	TELEFONE	EMAIL
CURRÍCULO SIMPLIFICADO DO REPRESENTANTE				
AUTENTICAÇÃO PELA ENTIDADE				
DATA	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL ASSINATURA			
Os documentos comprobatórios da qualificação do Candidato e do Representante indicado, conforme Cláusula 4 do edital, deverão ser encaminhados como anexo a esta ficha de inscrição.				

60575/2024

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

RESOLUÇÃO N.º 122/2024-SETI, DE 04 DE JUNHO DE 2024

Remove o Docente Renato Balancieri, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) para Universidade Estadual de Maringá (UEM).

O Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e do Decreto Estadual n.º 4468, de 18 de dezembro de 2023; considerando a Portaria n.º 098/2022-SETI, de 15 de agosto de 2022; e ainda o contido no e-Protocolo n.º 20.049.816-0,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Universidade Estadual de Maringá - UEM o servidor RENATO BALANCIERI, RG nº 6.691.139-0, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Adjunto, em Regime de Trabalho de 40 horas semanais, da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR.

Art.2º Reclassificar o sexto dígito numérico do código de vaga ocupado pelo servidor que passa a ter a seguinte codificação na UEM: DOC 06508.2.1.40.1.0.

Art.3º Reclassificar o sexto dígito numérico do código da vaga disponibilizado pela UEM para UNESPAR, que passa a ter a seguinte codificação: DOC 02761.7.0.40.0.0.

Art.4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de junho de 2024.

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

60431/2024